



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

---

**ATA de Reunião Ordinária** do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controle (CGGRC), da Universidade Federal de Alagoas, realizada no dia 06 de março de 2020, a partir das 08 horas, no Gabinete do Reitor.

1 Aos seis dias do mês de março do ano dois mil e vinte, a partir das oito horas e cinquenta  
2 minutos, no Gabinete do Reitor, reuniu-se o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e  
3 Controle (CGGRC) por meio de convocação para a sua Primeira Reunião Ordinária, presidida  
4 pelo atual reitor da Ufal, professor Josealdo Tonholo, tendo a presença do mesmo e dos  
5 seguintes membros: Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti (Vice-Reitora), Alexandre Lima  
6 Marques da Silva (Proest), Clayton Antônio Santos da Silva (Proex), Renato Luis Pinto Miranda  
7 (Proinst), Iraildes Pereira Assunção (Propep), Dilson Batista Ferreira (Sinfra), Wellington da  
8 Silva Pereira (Progep), Reinaldo Cabral Silva Filho (NTI), Thyago Bezerra Sampaio (Auditória),  
9 Afonso Marinho Espindola Filho (Ouvidoria), Diana Monteiro de Carvalho (Ascom), bem como o  
10 Melchior Carlos do Nascimento (Assessor do Reitor), Marcia Cristina da Silva (Assessora da  
11 Vice-Reitora), Rafaelly Kelly Felix de Paiva Aguiar (Assessoria Técnica de Gabinete) e a  
12 Wanessa Christina Beirauti Simões (ordenadora de despesa). Havendo número legal, o  
13 Presidente do CGGRC cumprimentou a todos e agradeceu a presença em resposta a aludida  
14 convocação, dando por aberta a reunião. O **Assessor do GR** informou que comunicou que o  
15 Pró-Reitor da PROGRAD não poderia participar devido a outro compromisso. Dando  
16 continuidade, o **Reitor** informou que, ao completar um mês de gestão, as rotinas de trabalho na  
17 Universidade estão sendo mantidas com normalidade apesar de dificuldades enfrentadas na  
18 transição e que ainda não foi necessário promover alterações em relação à situação financeira.  
19 Comunicou, também, que ainda não foi possível fazer o calendário das reuniões permanentes,  
20 com Pró-Reitores e Sindicatos, mas espera poder defini-lo no prazo de duas semanas.  
21 Salientou que reuniões de cortesia muito produtivas têm ocorrido com órgãos externos  
22 (exemplo CGU, OAB, Governo do Estado, FUNDEPES) e que já há definição de novas  
23 estratégias para uma gestão acadêmica, administrativa e financeira da Universidade, com  
24 esforços para equilibrar os problemas de falta de pessoal na Administração Central, devido as  
25 remoções ocorridas durante a transição de gestão. Para viabilizar o registro fidedigno em ata,  
26 solicitou que houvesse inscrição para falar e informou que a reunião seria gravada em áudio.  
27 Iniciou a pauta mencionando o diploma legal que institui o Comitê de Governança, Gestão de  
28 Riscos e Controles: **Portaria 364 de março de 2018**, por instrução da CGU, que define qual é  
29 a estrutura do órgão de governança, com alguma flexibilidade. Informou que, na UFAL,  
30 atualmente o Comitê é presidido pelo Reitor, com presença da Vice-Reitora, todos os Pró-  
31 Reitores, a SINFRA, NTI, ASCOM, Ouvidoria e suporte da Auditoria Geral (que faz o papel de  
32 interlocutor junto à CGU) e que seu papel é o de estabelecer as normas, procedimentos e  
33 deliberações no ponto de vista de controle. Sugeriu que na sua composição houvesse inclusão  
34 da figura do ordenador de despesas, representado na UFAL pela servidora Wanessa, e  
35 orientou os membros a ler a Portaria 364/18 CGU e encaminhar eventuais sugestões de  
36 alteração na composição ao Assessor do Reitor, prof. Melchior. Dessa forma, alterações  
37 necessárias na composição do Comitê poderiam ser feitas antes da próxima reunião. Ato  
38 contínuo iniciou o primeiro item da pauta: Análise preliminar das Bolsas concedidas pela Ufal.  
39 Ratificou que a pauta única da reunião seria *bolsas*, mas pediu autorização para que o Auditor  
40 Geral apresentasse o *Projeto 100% UG's e Planos de Integridade*, que foi assunto de reunião  
41 com a AGU no dia anterior. Todos os presentes manifestaram concordância. **Pró-Reitor da**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

---

42 **PROGEP:** apresentou dúvida sobre o termo “unidade” referido na portaria. **Auditor Geral:**  
43 explica que *unidade*, do ponto de vista da CGU, seria a instituição como um todo, no caso, a  
44 UFAL. **Ouvidor Geral:** mencionou a importância de haver representação dos centros e campi  
45 fora de sede, das unidades das áreas biológicas e médicas, das ciências sociais e das ciências  
46 básicas e tecnológicas, porque a gestão e a governança também envolvem órgãos de  
47 execução. **Reitor:** ressaltou a importância de ter um representante dos diretores, mas com o  
48 cuidado de não replicar a estrutura do Consuni. Comentou, ainda, que o Comitê na UFAL foi  
49 instituído por Portaria, que é instrumento adequado para a definição da sua composição, sem  
50 necessidade de aprovação pelo Consuni, pelo fato de ser regulamentado por uma Instrução  
51 Normativa e não por um Decreto. Confirmando que não havia mais contribuições relativas à  
52 composição do Comitê, confirmou que seria encaminhada a inclusão do ordenador de despesa  
53 até a próxima reunião. Deu sequência à pauta, relatando que a reunião do dia anterior, com a  
54 participação de todo o Staff e Superintendente da CGU/AL foi muito positiva, por abordar o  
55 que há de mais inovador em termos de gestão e a implementação do plano integridade na  
56 Universidade, com foco nos impactos das ações e não apenas indicadores numéricos. **Auditor**  
57 **Geral:** informou que, **I.** por hora, foi designado interlocutor com a CGU/AL, **II.** a CGU/DF  
58 determinou que as unidades regionais cobrassem a implementação do Plano de Integridade  
59 nas instituições de sua área em prazo exíguo (30 de junho); **III.** a CGU/AL espera que a  
60 UFAL institua uma *Unidade Gestora de Integridade-UGI* até 20 de março de 2020. **IV.** uma  
61 vídeo-conferência para tratar desse assunto foi agendada com a CGU/AL para o dia 12 de  
62 março de 2020. **V.** até o dia **30 de junho** a UFAL deve apresentar um *Plano de Integridade* à  
63 CGU/AL. **VI.** apesar de deter o papel de interlocutor junto ao CGU/AL, a Auditoria Geral da  
64 UFAL não pode fazer parte de sua Unidade Gestora da Integridade, pois ficaria impedida de  
65 auditá-la. Prosseguiu compartilhando a apresentação da CGU com os presentes, destacando  
66 que a implementação do Plano de Integridade está fundamentada no Decreto 9.203/2017, e  
67 Portarias 1.089/2018 e 57/2019 da CGU, contemplando 4 eixos: 1) Comprometimento e apoio  
68 da Direção; 2) Criação de instância responsável pelo plano de integridade (a UGI); 3) Análise  
69 de risco (que não está institucionalizada na UFAL) e 4) Monitoramento. Após, perguntou aos  
70 membros do Comitê se já poderia haver definições sobre a Unidade Gestora de Integridade-  
71 UGI. **Reitor:** falou que seria possível, durante a reunião, um brainstorming visando  
72 atendimento da demanda dentro do prazo (20 de março). **Auditor Geral:** reiterou que o plano a  
73 ser entregue até dia 30 de junho deve ter características da instituição, riscos, medidas para  
74 sanar os problemas e procedimentos de responsabilização. **Reitor:** sugeriu contar com o  
75 auxílio da FEAC. **Pró-Reitor da PROGINST:** perguntou se CGU teria alguma ferramenta, como  
76 modelo, minuta de fluxograma, ou outra, que possa ser utilizada para subsidiar a  
77 implementação do plano de integridade na UFAL. **Auditor Geral:** respondeu que não há e  
78 pediu para abreviar a próxima reunião do Comitê, para definição de um plano de trabalho para  
79 atendimento do cronograma da CGU. **Reitor:** sugeriu que na próxima reunião do Comitê seja  
80 possível “bater o martelo” sobre os procedimentos, criando um grupo de trabalho, a ser  
81 instituído até terça-feira dia 10 de março, com portaria de nomeação dos membros, para que,  
82 na próxima reunião regular do Comitê de Governança, em cerca de três meses, os membros  
83 possam deliberar sobre uma minuta do Plano de Integridade elaborada pelo grupo instituído  
84 para esse fim. **Assessora do GR, Rafaelly:** sugeriu consulta a Universidades que já tenham  
85 avançado em ações do Comitê de Governança, visto que é possível acessar essa informação  
86 em material arquivado no GR. **Chefe de Gabinete:** chamou atenção para o fato de que a  
87 Unidade Gestora de Integridade - UGI será um órgão instituído, ficando permanentemente na  
88 estrutura da Universidade. **Auditor Geral:** afirmou que a Unidade Gestora de Integridade - UGI



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

---

89 pode ser subordinada a um órgão que já existe, como Proginst, mas que seria ideal que  
90 respondesse diretamente ao Gabinete do Reitor. Diretor do NTI e Pró-Reitor da PROGINST  
91 corroboraram com essa ideia. **Pró-Reitor da PROGINST:** afirmou que a Proginst já colabora  
92 muito com respostas aos órgãos de controle, mas precisa de assessoria do gabinete, de  
93 preferência de pessoal com formação jurídica, ressaltando que a UGI não será criada  
94 exclusivamente para o plano de integridade, embora inicialmente esta seria sua demanda  
95 prioritária. **Reitor:** Ponderou, partir de diferentes contribuições dos membros do Comitê, que  
96 será criada apenas a Unidade Gestora da Integridade com o nome de *Unidade de Governança*  
97 e *Compliance*, ligada à alta gestão, que responderá pelas demandas relativas a integridade,  
98 gestão de riscos, monitoramento, etc., evitando repetição de estruturas. O termo *Compliance*  
99 foi escolhido por abranger todos os eixos apontados pela CGU e foi reiterado o prazo de terça-  
100 feira dia 10/03 para definir a composição da *Unidade de Governança e Compliance*. **Diretor do**  
101 **NTI:** reiterou que Unidades de Gestão e de Governança têm atribuições distintas. Governança  
102 é mais normativo e a UGI teria seu escopo de atuação limitado se vinculada à Proginst, por  
103 exemplo. **Ouvidor Geral:** solicitou que o GR emita um memorando-circular detalhando o  
104 “quem é quem” na nova gestão, com organograma, nome dos novos gestores e atribuições  
105 dos diferentes setores/unidades. **Reitor:** informou que o assessor, prof. Melchior, já possui um  
106 desenho gráfico da estrutura de todos os setores e respectivos gestores e que as informações  
107 serão enviadas por memorando. **Pró-Reitor da PROGINST:** mencionou o trabalho realizado  
108 em função do SIORG, que apresenta a estrutura da universidade. **Pró-Reitor da PROGEP:**  
109 perguntou ao Diretor do NTI se já foi emitido o calendário de treinamento para que haja  
110 indicação de um servidor de cada Pró-Reitoria para atualização do *site*. **Diretor do NTI:**  
111 respondeu que há um servidor trabalhando na demanda. **Coordenador do CPAI, Jarman:**  
112 pediu para falar do Plano de Aquisições e ficou definido que a sua apresentação ocorreria  
113 depois das deliberações sobre bolsas. **Reitor:** falou sobre distribuição de atribuições entre GR  
114 e GVR: com GVR fica a ordenação de despesas, pagamentos, infraestrutura, obras, contratos,  
115 enquanto o que se refere a Pessoal fica mais vinculado ao GR, onde Rafaelly está na  
116 Assessoria Técnica, Prof. Melchior gerencia as representações da universidade junto a órgãos  
117 externos e o Chefe de Gabinete é o responsável pelo sistema de governança. **Chefe de**  
118 **gabinete:** falou sobre a necessidade de regulamentação para que demandas externas, na  
119 forma de denúncias e reclamações, cheguem pela Ouvidoria Geral e não direto ao gabinete,  
120 procuradoria ou protocolo, pois não devem chegar primeiro na instância máxima. **Reitor:**  
121 reforçou a necessidade de emissão de uma nota técnica, esclarecendo procedimentos e fluxos,  
122 e estabelecendo maior respeito às hierarquias. Um exemplo dos problemas que vêm ocorrendo  
123 é a Corregedoria encaminhar ordens a servidores do DAP, sem respeito à ordem hierárquica.  
124 **Ouvidor Geral:** comentou que a maior parte dos problemas poderia ser resolvido nas  
125 unidades. **Superintendente da Sinfra:** apresentou o exemplo de entrega intencional de  
126 documentos na portaria, para que tramitem até à SINFRA, gerando gastos para a universidade  
127 em função do atraso no atendimento. **Reitor:** introduziu o próximo item da pauta, as bolsas,  
128 alertando os presentes sobre a identificação de alguns problemas durante o cruzamento de  
129 alguns dados. Na reunião com a CGU, houve a oportunidade de conversar com Moacir,  
130 superintendente, que trabalhou em situações de desvios por meio de bolsas na UFPR. Relatou  
131 que não existe um sistema único de bolsas da UFAL, em suas diferentes modalidades de  
132 bolsas e beneficiados, bolsas dentro dos projetos da UFAL pagas pela FUNDEPES, inclusive  
133 de docentes e estudantes, ou número de bolsas que cada professor pode ter nos projetos.  
134 Salientou a necessidade de criação, com urgência, de um Sistema único de bolsas, inclusive  
135 as que não são do orçamento, mas cuja determinação de pagamento seja da UFAL, pois todo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

---

136 pagamento indevido tem maior responsabilização para quem paga do que para quem recebe e  
137 não há critérios de acompanhamento, permanência ou controle de frequência na UFAL.  
138 Informou que o NTI fez um estudo preliminar e identificou 238 inconsistências em relação a  
139 bolsas, que a Vice-Reitora analisou individualmente, e que não há normas claras acadêmicas,  
140 o que dificulta o controle adequado das possíveis inconformidades. **Vice-Reitora:** Relatou que  
141 as situações foram verificadas uma a uma, tendo sido observadas as seguintes  
142 inconsistências: 1) Há INDÍCIOS de acadêmicos formados e trancados que ainda recebem  
143 bolsa, outros que concluíram e foram desligados mas automaticamente voltaram para a  
144 instituição em outro curso, continuando com bolsa. 2) Há INDÍCIOS de acadêmicos com TCC  
145 defendido mas curso não integralizado, que não deram entrada no processo de colação de  
146 grau para continuar com a bolsa. 3) Prováveis casos de acadêmico que fez opção de troca de  
147 curso em Arapiraca para curso em Maceió e continua recebendo a bolsa original. Lembrou que  
148 quando um aluno está recebendo um auxílio indevido, ele está prejudicando outro aluno que  
149 atenderia aos critérios para recebê-lo. O auxílio tem como objetivo a permanência do aluno e  
150 deve ter sua finalidade preservada. Nesse sentido, o grande número de reopções por um  
151 único aluno é algo que deve ser monitorado. No que se refere a pagamentos, as  
152 inconsistências correspondem a R\$ 25.600,00/mensal e R\$307.200,00/anual. É necessário  
153 verificar as irregularidades, definir período de utilização do auxílio, verificar resoluções  
154 normativas sobre casos de transferência e reopção, pois o orçamento tem como base o censo  
155 e cada reopção contabiliza como nova matrícula. O SIPAC precisa cruzar informações com o  
156 SIGAA. **Reitor:** ressaltou que a questão da acumulação precisa também ser regulamentada,  
157 pois algumas modalidades permitem acumulação e outras não. **Ouvidor Geral:** mencionou a  
158 existência de um termo de ciência/responsabilidade que alunos assinam. Também relatou ter  
159 conhecimento de casos de alunos que tiveram de ressarcir a universidade por acumular bolsas  
160 indevidamente, indicando que há grande possibilidade de obter ressarcimento quando há má fé  
161 em casos de acúmulos indevidos. **Reitor:** comentou que o Diretor do NTI precisaria sair às  
162 11h, devido a outro compromisso, e, visto que o NTI está diretamente envolvido nas ações  
163 para resolver a situação, pediu que ele se manifestasse antes de sair. **Diretor do NTI:** afirmou  
164 que a análise feita pela Vice-Reitora será fundamental para o trabalho que o NTI precisará  
165 fazer e que os elementos apontados precisam ser incorporados pelo normativo e o sistema  
166 único a ser criado deve contemplar o normativo. **Pró-Reitor da PROGINST:** sugeriu pedir  
167 auxílio à CGU para as questões jurídicas e construção das novas normas relativas a bolsas. O  
168 outro horizonte de ação seria o levantamento para apontar as irregularidades dos alunos e a  
169 realização de recadastramento na nova modulação do SIPAC. **Diretor do NTI:** informou que a  
170 equipe já está pronta para o Recadastramento e cruzamento de dados. **Pró-Reitor de**  
171 **Extensão:** solicitou diretriz única para a ação. **Chefe de gabinete:** sugeriu auxílio da Auditoria  
172 Geral no sentido de orientações para ações frente às irregularidades detectadas. **Ouvidor**  
173 **Geral:** enfatizou que os critérios a serem estabelecidos não podem ser orientados por  
174 princípios econômicos, mas pelo papel da Universidade perante à sociedade, e que os  
175 direitos dos alunos precisam ser preservados e os recursos devem ser otimizados, para que  
176 não haja injustiça. **Ordenadora de Despesas:** reiterou a necessidade de realização de força  
177 tarefa, com levantamentos, estudo de normativas, preservação dos direitos de alunos, mas  
178 alertou que isso demanda tempo e as inconsistências levantadas precisam ser resolvidas com  
179 urgência, independente de uma avaliação mais criteriosa. Ressaltou que seria necessário sair  
180 da reunião com uma decisão sobre pagar ou não as bolsas que apontam para possível  
181 irregularidade, pois seu CPF, como ordenadora de despesas, está envolvido. Como  
182 ordenadora de despesas, informou que só pagará se for formalizado algum documento da alta



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE GOVERNANÇA

---

183 gestão que lhe oriente a efetuar o pagamento apesar da identificação de inconsistências. **Pró-**  
184 **Reitor da PROGEP:** mencionou que o adversário político tem ciência dos erros, podendo  
185 cobra a ausência de ação por parte da atual gestão. Leu algumas regras já postas pelo  
186 Ministério da Educação que poderiam ser utilizadas para já efetivar alguns cortes. Concordou  
187 que a apuração é importante, mas sugeriu, também, a ação. **Pró-Reitor da PROGINST:**  
188 afirmou que só pode ser chamado de inconsistência o que tiver sido efetivamente apurado. Se  
189 após as apurações as inconsistências forem validadas, seria possível rever os atos e exigir  
190 devolução, por isso não há razão para se preocupar com a opção de pagar e esperar pela  
191 apuração mais criteriosa. **Superintendente da Sinfra:** sugeriu ação sobre inconsistências que  
192 já foram identificadas. **Reitor:** ponderou que a decisão relativa ao pagamento ou suspensão  
193 de pagamento de bolsas com inconsistências identificadas impactam no financeiro e que foram  
194 detectadas inconsistências nas bolsas por falha de sistema, de forma que a universidade tem  
195 obrigação de criar um sistema unificado para o acompanhamento das bolsas. Informou que o  
196 NTI consegue fazer esse sistema funcionar desde que tenha os critérios, sendo necessário  
197 incluir no sistema bolsas pagas por outras instituições cuja autorização de recebimento seja  
198 pela UFAL, como EAD, CNPQ, FAPEAL, CAPES, estagiários. Ressaltou, ainda, que o  
199 indicador do sistema único tem que ser necessariamente o CPF, para que o cruzamento se dê  
200 por número de CPF. Frente ao exposto, recomenda: 1) pagar como está posto e depois, ao  
201 fazer uma análise mais criteriosa, pedir restituição nos casos de recebimento indevido. **Pró-**  
202 **Reitor da PROGEP:** comentou que se houve problema de sistema, aluno não pode ser  
203 responsabilizado. **Auditoria Geral:** alertou que suspender o pagamento sem notificação  
204 quebra um trâmite legal, não sendo uma boa opção. **Reitor:** destacou para a necessidade de  
205 emissão de nota informativa a todos os bolsistas, avisando que haverá recadastramento. **Pró-**  
206 **Reitor da PROEX:** sugeriu, em relação ao conteúdo da nota informativa, reiterar que o objetivo  
207 não é cortar bolsas, mas maximizar e otimizar os recursos, sem deixar de comunicar que nas  
208 inconsistências que foram detectadas há indícios de irregularidades extrassistema. Relatou  
209 ainda, dificuldade de avaliar a regularidade das bolsas atualmente pagas pela PROEX, com  
210 base em editais lançados na gestão anterior, em função do caráter manual dos registros e  
211 acompanhamento. **Chefe de Gabinete:** lembrou que suspender para notificar significaria  
212 interromper todas as bolsas e que é necessário avaliar as consequências legais de uma  
213 decisão como essa. **Auditoria Geral:** recomendou que a notificação seja feita com o processo  
214 de pagamento em curso. **Reitor:** sugeriu garantir o pagamento e estabelecer um prazo para  
215 ingressar no sistema único, sendo necessário fazer o cruzamento, que não é o trabalho de uma  
216 única pró-reitoria. Com 5.700,00 alunos e quase 40 modalidades, será necessário um esforço  
217 conjunto para garantir bons resultados. Além disso, indicou que na publicação de qualquer  
218 edital futuro, a Auditoria Geral deverá ser chamada para avaliar as questões relativas a  
219 finanças que estejam envolvidas. Citou o exemplo de editais da PROEX, lançados pela gestão  
220 anterior, mas que saíram sem lastro financeiro. **Ouvidor Geral:** falou de sua história junto à  
221 universidade, ressaltou que as decisões da gestão anterior foram ratificadas pelo Consuni,  
222 sugerindo que, havendo dúvida sobre ações a tomar, deve-se solicitar uma auditoria geral, o  
223 que na sua opinião deveria ter sido feito pela gestão anterior. **Reitor:** propôs efetivação do  
224 pagamento das bolsas, realização do cruzamento de informações no sistema único do NTI e  
225 trabalho com a Auditoria Geral para avaliar os impactos financeiros. Após a fala do reitor, os  
226 demais membros do Comitê se manifestaram favoráveis. Dessa forma, ficou estabelecido o  
227 seguinte cronograma de ação: 1). Levantamento de modalidades e regras das bolsas até a  
228 manhã do dia 09 de março; 2). Proginst encaminhará para GVR relações de pagamento e  
229 bolsistas até dia 09 de março 3). Realização de levantamento, de 10 a 13 de março, no GVR,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**COMITÊ DE GOVERNANÇA**

---

230 das 8h às 17h, com representantes da Proginst, Prograd, Propep, Proest e GVR. 4).  
231 Recadastramento, pela COPEVE, a partir do dia 23 de março, com notificação de alunos em  
232 situação de irregularidade, para apuração dos fatos. Havendo indícios de má-fé, serão tomadas  
233 medidas para solicitar o ressarcimento de bolsas pagas indevidamente, respeitando o direito do  
234 contraditório e ampla defesa. Devido ao horário avançado, o Comitê decidiu por agendar  
235 reunião extraordinária do Comitê de Governança na Sexta-feira, das 13 às 18h, tendo como  
236 pauta uma avaliação das ações sobre as bolsas e o Plano de Aquisições (PAq). A reunião foi  
237 encerrada às 12:40. Nada mais havendo a tratar, eu Angela Stainki, Secretária Executiva do  
238 Gabinete da Reitoria, lavrei esta Ata, que segue assinada por mim e pelo Reitor.